

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL*

BERNARDO MANÇANO FERNANDES**

Belo porque tem de novo a surpresa e a alegria. Belo como a coisa nova na prateleira até então vazia. Como qualquer coisa nova inaugurando o seu dia. Ou como o caderno novo quando a gente o principia.

João Cabral de Melo Neto
Morte e Vida Severina

1-OCUPAR

No Brasil, as instituições políticas tradicionais, como os partidos políticos, os sindicatos e as igrejas, têm encontrado sérias dificuldades para interagir com os principais problemas políticos e econômicos gerados pelo processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo. Cada novo dia, as experiências vividas tem nos convencido

*Trabalho apresentado na Conferência, "A questão regional e os movimentos sociais no 3º Mundo", promovida pela comissão do Desenvolvimento do 3º Mundo da UGI, realizada na USP. Julho de 1991.

**Professor de Geografia do Departamento de Geografia Humana e Regional da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Campus de Presidente Prudente.

que uma possível transformação está exatamente no processo de construção e participação dos movimentos criados por uma população organizada. Neste sentido os movimentos sociais têm construído espaços de luta e resistência conquistando e ampliando o exercício da cidadania. Diante desta realidade, as ações dos movimentos sociais trazem questões não solucionadas pelas instituições políticas e como sujeitos políticos problematizam suas situações exigindo, junto à sociedade em geral, soluções para os seus problemas: participação política e econômica, condições dignas de vida, etc. Por exemplo: as ações de luta pelo direito de morar, dos Sem Casa, e pelo direito à terra de trabalho, dos Sem Terra.

O objetivo deste trabalho é relatar este momento através desta reflexão sobre o processo de territorialização de um movimento social: o MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Uma das principais vantagens dos movimentos sociais frente às instituições tradicionais é a sua forma de estruturação em movimento. Esta forma de organização permite a elaboração e reelaboração de lutas num fazer-se contínuo através do processo de construção do conhecimento do mundo objetivo, considerando a diversidade de seus sujeitos num projeto uno e diverso. Diverso pelas inúmeras experiências criadas a partir do objetivo de luta, e uno pela perspectiva de interação destas experiências. Assim tanto a mística quanto o econômico, o social e o político, o novo e o velho, o tempo e o espaço, e as diversas culturas são inter-relacionadas, vividas e aprendidas no caminho da luta, desde seu princípio até a sua realização: a conquista de uma fração do território. Nesta concepção, consideramos um conjunto complexo de sujeitos, cujas experiências de vida estão baseadas na diversidade de relações sociais definidas historicamente, mas que, por suas realidades e organização, estão reunidos numa mesma luta e estão construindo novas experiências baseadas em projetos em constante transformação.

No surgimento de um movimento social está a preocupação com uma causa determinada. Seu objetivo quase sempre é a mudança ou a transformação das condições nas quais estão inseridos. "Questionadores da alienação, da opressão, do autoritarismo, os novos

movimentos sociais suscitam, sob vários ângulos e abordagens a admiração e a surpresa de muitos pesquisadores - que se interrogam sobre o significado, as origens e os objetivos dessa experiência de base, de autogestão e desalienação". (Scherrer-Warren e Krischke, 1987: 9)

No caso estudado, o MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a causa principal é a luta pela terra ou seja a reforma agrária. É a luta pela conquista da terra e pela construção de sua categoria, é a criação de novos espaços num processo contínuo de lutas diferenciadas acumuladas no tempo e no espaço.

Podemos entender o desenvolvimento deste processo de luta através da evolução das composições das palavras de ordem do MST. De 1979 à 1985/6, a palavra de ordem do MST era Reforma Agrária Já; de 1985/6 a 1986/9, a palavra de ordem era Reforma Agrária, esta luta é nossa; de 1988/9 até hoje, a palavra de ordem é Ocupar-Resistir-Produzir.

A leitura destas palavras reflete a matriz discursiva do MST, que historiciza os momentos políticos vividos por estes sujeitos. De 1979 a 1985/6, a luta pela conquista social do direito à reivindicação das lutas de várias décadas; de 1985/6 a 1988/9, o fortalecimento da organização das lutas para execução do PNRA-Plano Nacional de Reforma Agrária e o sentido do crédito dado ao Governo da Nova República na realização da reforma agrária; de 1988/9 até hoje, a confiança nas lutas e o conhecimento do fracasso do Governo na execução do PNRA.

O MST nasceu a partir da criação, pelos trabalhadores rurais sem terra, de uma nova perspectiva de superação das organizações políticas que não respondiam às necessidades destes sujeitos, que é a solução para os problemas estruturais, no caso a reforma agrária (Martins, 1985: 11-12) em seu desenvolvimento e as respostas para as situações e condições que requerem avanços que as estruturas convencionais das organizações tradicionais não permitiam. Nesta perspectiva, o MST nasceu com o objetivo de conquistar espaços através da luta popular - estratégia político-cultural construída no universo destes sujeitos. (Medeiros, 1989: 151-152)

"Apesar de se autodefinir como articulação de lavradores dentro do movimento sindical e de estar em vários municípios articulados aos sindicatos, sobretudo com aqueles que sofreram a renovação da chamada "oposição sindical", a desenvoltura e agilidade do movimento reside na sua estruturação própria e no apoio que lhe empresta a igreja. Não só tendem a ser tensas as relações entre o Movimento Sem Terra e a estrutura sindical, mas também as federações e a CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura têm dificuldades em reconhecer este amplo movimento de luta pela terra que não se submete à sua direção e disciplina". (Grzybowski, 1987: 22).

A origem do MST está na história das lutas dos movimentos sociais que emergiram no final da década de 70, "pipocando" lutas de quase toda a sociedade contra o Governo Militar e a situação de miséria a que o regime levou o país. A história oficial do MST está associada às ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta-RS, em 1979, por colonos expulsos da reserva indígena dos Kaingang no município de Nonoai-RS e também por colonos do Paraná, expulsos de suas terras com a construção da barragem de Itaipú. Outro marco é a ocupação da fazenda Burro Branco em 1980, no município de Campo Erê-SC. Neste mesmo ano no estado de São Paulo ocorreu uma ocupação na fazenda Primavera, situada entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. No estado do Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. (MST, 1986: 42-43)

Assim como nos estados citados também aconteciam mobilizações e lutas por posseiros, arrendatários e moradores em outros estados brasileiros. (CONTAG, 1981: 49-80). Estas lutas surgiam no processo de abertura política e pelo próprio esgotamento do plano político da ditadura militar que havia asfixiado estes movimentos por um tempo determinado. Deste modo, diversos movimentos de resistência eclodiam no território brasileiro, mas fragmentados espacialmente.

"A fragmentação de movimentos sociais aparece em primeiro lugar vinculada à diversidade das

próprias condições em que emergem. A heterogeneidade constitutiva da estrutura social induziria a reprodução das diversidades no plano das manifestações sociais. Neste aspecto a diversidade em si mesma não constitui uma novidade. O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiram fragmentados, mas ainda se reproduziram enquanto formas singulares de expressão e diferentes coletividades, não redutivas a alguma forma "superior" e "sintetizadora". (Sader, 1988: 197-198)

Os novos movimentos sociais surgidos a partir da década de 70, não trazem o ranço das décadas de 40 e 60, "mobilizados pelo tema do nacionalismo cooptados muitas vezes pelo discurso estatal, segundo a versão getulista. Ou, então, na contrapartida comunista, através da unificação operada pelo partido". (Sader, 1988: 198)

A forma de estruturação do MST está baseada na organização dos acampamentos e assentamentos. Estes constituem mesmo uma secretaria estadual. Representantes de 19 estados onde existe a ação de luta do Movimento formam a direção nacional. As lideranças são acampadas ou assentadas que possuem conhecimentos e experiências das lutas. Esta estruturação permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural, bem como a troca de experiências das fases das lutas, organização dos trabalhadores, ocupação de terras, negociação com as forças políticas envolvidas etc, e suas respectivas diferenças nas diversas regiões do país, além de sua independência política. Esta dinâmica faz com que algumas vezes os partidos políticos andem a reboque da luta dos trabalhadores rurais Sem Terra, ou seja, somente depois de criado o fato político é que os partidos aparecem na tentativa de mediar, junto ao Estado, a questão problematizada.

Esta estruturação permite ao MST o domínio sobre o seu próprio espaço e a espacialidade de sua forma é que possibilita a ampliação de sua organização e a espacialização/territorialização de suas lutas.

A espacialidade do MST é gerada via política de alianças com outras instituições, por exemplo: a igreja, sindicatos e ONGs. Contudo, o apoio e a estrutura destas instituições à luta dos

trabalhadores rurais Sem Terra são limitadas. Com o desenvolvimento da organização destes trabalhadores, cria-se a necessidade da existência de uma estruturação própria. É neste processo, a partir da criação de espaços de comunicação e de interação, que os trabalhadores rurais Sem Terra vão elaborando a ampliação de seu próprio espaço político. A sua espacialidade, por essa diversidade política, desenvolve uma matriz discursiva e uma "identidade meio ambígua, isto é, política-religiosa". (Tarelho, 1989: 101).

A espacialização desta estruturação tem possibilitado a organização do MST em quase todo o território nacional, ou seja, em 19 dos 26 estados brasileiros, tornando-se assim o mais amplo movimento social do Brasil. A territorialização desta luta tem possibilitado pensar uma nova estruturação para viabilização da produção nas terras já conquistadas.

E belo porque com o novo
 todo velho contagia.
 Belo porque corrompe
 com sangue novo a anemia.
 Infeccionar a miséria
 com vida nova e sadia.
 Com oásis, o deserto.
 Com vento, a calmaria...

João Cabral de Melo Neto
 Morte e Vida Severina

Os desdobramentos da questão política da reforma agrária têm criado uma nova perspectiva para os personagens desta complexa questão. Cinco anos após a elaboração do PNRA, fruto da organização e pressão de vários setores da sociedade, o desenvolvimento dos trabalhos de execução do Plano tem sido um desastre. O dimensionamento deste episódio é derivado da hediondeza de uma classe reacionária, que são os grandes proprietários de terra, ensaiando situações para defender o seu latifúndio, como por exemplo a transferência de rebanhos bovinos entre as propriedades visitadas pelos técnicos do INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária para tentar comprovar o Grau de Utilização da Terra - GUT. Há ainda um caso provocativo, ilustrado por Veiga (1989: 123-124), segundo um qual suposto "comerciante do Paraná" teria instigado uma ocupação na região do Pontal do Paranapanema-SP", exatamente no dia em que Presidente Sarney recebia oficialmente o PNRA das mãos de Nelson Ribeiro - primeiro titular do MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (criado pelo decreto 91.214 de 30 de abril de 1985). O fracasso da luta pela viabilização da reforma agrária está muito bem documentado por uma bibliografia diversificada e escrita por autores e atores deste processo. Ver Silva, 1987; Ribeiro, 1987; Silva, 1989; Veiga, 1989; Graziano Neto, 1991.

Não obstante, mesmo considerando os limites que esta reflexão permite, apresentamos

algumas questões elaboradas tanto pelas leituras quanto pelo trabalho de campo de nossa pesquisa em curso.

Primeiro vale destacar que os desdobramentos deste desastre resultante do fracasso do PNRA-Plano Nacional de Reforma Agrária (Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985) e das ameaças que o Governo Collor vem realizando às principais lideranças do MST, assim como às críticas às metodologias realizadas pelo INCRA para arrecadação de terras para fins de reforma agrária, tem dado um sentido "in" para a reforma agrária (todos defendem, mas não realizam) e um sentido "out" para os trabalhadores Sem Terra (é um Movimento inglório).

Explicitamos. Boa parte da bibliografia produzida sobre a questão da reforma agrária possui títulos que representam desespero e esperança (nem sempre nesta ordem). Por exemplo: Caindo por terra, Buraco Negro, A reforma que virou suco, Caminhada e esperança da reforma agrária, etc.

São análises que documentam a história da reforma agrária no Brasil, e para entendê-las e compreender a atual situação em que se encontra a reforma agrária é necessário associa-la a uma outra parte da bibliografia que possui títulos do tipo: limites, recuos, impasse, tragédia, indagação etc. São análises da história das lutas políticas e das experiências desenvolvidas pelos primeiros assentamentos de trabalhadores rurais Sem Terra nos últimos anos. Trazendo luz a situação crítica em que se encontram alguns desses assentamentos, que sem recursos vivem ao sabor do livre mercado, além das manobras políticas para liberação de parques recursos. Os trabalhadores são obrigados a ocupar as sedes do INCRA para exigir os recursos já aprovados, por exemplo, no início de 1991 estes recursos foram retidos por 120 dias. (Folha de São Paulo, 30/4/91: 1-10). Se isto diz pouco, o Governo Federal, pela respectiva Polícia Federal, vem mapeando as principais lideranças dos trabalhadores rurais Sem Terra, como "subversivos", "guerrilheiros", etc (Folha de São Paulo, 27/6/91: 1-9), distorcendo o verdadeiro significado da luta pela terra, escondendo assim a ineficiência do Governo em resolver democraticamente esta questão. A vontade e as dificuldades do Governo

em realizar a reforma agrária podem ser compreendidas pela sucessão de ministros durante a gestão Governo Sarney e a dissolução do MIRAD. A inabilidade e a inoperância do INCRA acabam por caracterizar o sentido "in" da reforma agrária, admitido pelo atual Ministério da Agricultura (Folha de São Paulo, 13/3/91: 1-6). Mas isso ainda diz pouco, considerando as inúmeras irregularidades cometidas pelo INCRA e forçadas pelos proprietários de "terras improdutivas". O Ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, afirmou "que há suspeita de irregularidades nos dois mil processos de desapropriação de terras realizadas pelo INCRA no último governo... Todos os processos são suspeitos. Não podemos confiar mais no que foi feito pelo INCRA. Cerca de 1600 processos resultaram em acordos de indenização amigável... Há casos de acordos em desapropriações de terras improdutivas localizadas em perímetro urbano ou forçada por invasões forçadas pelos próprios proprietários. Na maior parte dos acordos há uma super valorização das propriedades, há também casos de redução do prazo de resgate de Títulos da Dívida Agrária (TDAs)" (Folha de São Paulo, 12/12/90: A-5). Mas isto ainda diz pouco. O polêmico trabalho de Graziano Neto, 1991, questiona a existência de 170 milhões de hectares como "área aproveitável não explorada". Sua argumentação com base na sua tese de doutorado levanta uma questão de extrema importância que é a inverdade cadastral presente na DP-Declaração do Proprietário e a crítica à metodologia mecanicista do INCRA para avaliar o índice de produtividade de uma determinada propriedade baseada no cálculo do GUT-Grau de Utilização da Terra e no GEE-Grau de Eficiência de Exploração. O autor destas críticas (Graziano Neto, 1991: 61) não desconsidera a existência de verdadeiros latifúndios na agricultura brasileira. "É correto que muitas áreas produtivas estão abandonadas e precisam ser incorporadas à produção agropecuária, assim como sabe-se existir regiões de sérios conflitos agrários pela posse da terra. Porém, por mais recrimináveis que sejam estas distorções, elas são residuais na dinâmica da agricultura moderna". Na verdade, por não possuir um confiável cadastro da estrutura fundiária, o INCRA ignora as possíveis áreas que poderão ser destinadas para a reforma agrária. Se esta é a realidade da

questão agrária, por outro lado, como dissemos, os trabalhadores rurais Sem Terra discriminados ora como "gerrilheiros" e às vezes como trabalhadores desqualificados, estão sendo caracterizados no sentido "out", ou seja, em um discurso de que não existe tanta terra disponível para a reforma agrária, nem tantos trabalhadores rurais Sem Terra, o que existe é uma agricultura moderna, mecanizada e precisando de força de trabalho.

Por mais que se tente encobrir a realidade, o cotidiano e as experiências dos trabalhadores rurais Sem Terra preserva e traz à luz os problemas sociais não resolvidos. Assim os movimentos sociais em geral e o MST em particular, enquanto sujeitos históricos, rompem a forma e se projetam na luta pelo reconhecimento de seus objetivos.

As ocupações tem sido uma forma de resistência contra o descaso para com a questão da reforma agrária. Se não existem tantos latifúndios, pelo desconhecimento do INCRA, ou pela ineficácia da metodologia mecanicista, os trabalhadores organizados descobrem a cada dia os latifúndios e as terras griladas, ocupam e resistem. Um bom exemplo desta complexa questão é o caso das três glebas que somam 403 mil hectares localizados nos municípios de Alta Floresta e Juruema no Estado do Mato Grosso, doados à empresa Cotriguaçu para um projeto de colonização, e que seriam declaradas para fins de reforma agrária. Caso as glebas fossem desapropriadas, a Cotriguaçu ganharia dinheiro com as terras que lhe foram doadas. Outro exemplo a considerar são as terras da reserva florestal que foram griladas no Pontal do Paranapanema-SP, onde os trabalhadores rurais Sem Terra organizados no MST, conquistaram 2.800 hectares da fazenda São Bento. Esta fazenda, como outras, está numa área de mais de 400.000 hectares que são resultado de um processo histórico de grilagem.

E não há melhor resposta
 que o espetáculo da vida:
 Vê-la desfiar seu fio,
 que também se chama vida,
 ver a fábrica que ela mesma,
 teimosamente, se fabrica,
 vê-la brotar como a pouco
 em nova vida explodida;
 mesmo quando é assim pequena
 a explosão, como a ocorrida;
 mesmo quando é uma explosão
 como a de há pouco, franzina;
 mesmo quando é uma explosão
 de uma vida severina.

João Cabral de Melo Neto
 Morte e Vida Severina

São diversas as experiências construídas pelos assentados com o objetivo de desenvolver uma nova estruturação para a viabilização da produção. Nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso de Sul e Espírito Santo existem práticas de organização da produção em diferentes fases de desenvolvimento. A heterogeneidade das formas de organização da produção vão desde o trabalho familiar por unidade de produção até as mais diversas formas de exploração do tipo coletivo ou em forma de exploração mista. O objetivo destas experiências é promover a criação de associações e cooperativas. Esta estruturação construída a partir da prática de diversas realidades históricas é para "garantir que o processo de desenvolvimento da cooperação agrícola não represente apenas avanços econômicos, mas que seja acompanhado por um processo de discussão política e de integração dos assentamentos, nas lutas e movimentos sociais" (MST, 1991: 56). Dois propósitos que se colocam a estas experiências são: primeiro, a integração dos assentamentos na criação de um Sistema Cooperativista dos Assentados-SCA. Este sistema compreende: a formação de Cooperativas de Produção Agropecuária-CPA

por assentamento, com o objetivo de organizar a produção, armazenagem, transporte e benfeitorias. Formação de cooperativas centrais, por estado, e estas reunidas numa confederação nacional. (MST, 1991: 56).

O segundo propósito, é que o debate destas experiências esteja acontecendo na dimensão da realidade dos assentados. Esta estruturação objetiva criar uma organização política e econômica destes produtores para que possam se apropriar da maior parcela da riqueza produzida com seu trabalho.

A dimensão desta estruturação é compreendida na interação entre seus diversos setores: educação, formação, produção. Não necessariamente nesta ordem. A formação é um setor importante, devido às diversas práticas dos assentados. O ponto comum deste setor está no seu processo: elaboração dos objetivos dos trabalhadores, consciência da espacialidade do Movimento e a perspectiva de uma identidade. A formação pode garantir a unidade político-ideológica do Movimento e é o seu próprio fazer-se, sendo o espaço criado para orientar o Movimento a pensar as suas práticas, tanto política quanto técnica. Assim, o entendimento de uma nova e diferente forma de organização da produção e suas implicações políticas é produzido neste espaço.

A educação é outro setor de profunda importância. Contudo, existe uma distância enorme entre o ensino oficial e as realidades destes sujeitos. O ensino oficial não proporciona condições reais para o aprendizado de suas realidades e nem a sua participação efetiva na sociedade. São diversas as necessidades dos assentados que a escola não consegue suprir. Neste sentido, os trabalhadores rurais Sem Terra procuram integrar a escola à realidade do assentamento, para que os educadores possam desenvolver seu trabalho com o objetivo de atender às suas necessidades e para que possam continuar cada vez mais desenvolvendo o processo de transformação de suas realidades.

Esta propriedade da estruturação do MST, de criar espaços políticos e territorializar suas lutas, são fatos concretos deste fenômeno. Contudo, as alternativas construídas pelos movimentos sociais, assim como os exemplos citados nesta reflexão sobre o MST, têm sido ignoradas pelo Estado. Enquanto o Estado

não reconhecer (e ser reconhecido) esta luta, será muito difícil uma mudança da sociedade. Vivemos hoje a experiência de um Governo autoritário que exclui milhões de trabalhadores da participação política, econômica e social. Assim, a luta pela construção da democracia tem sido a bandeira dos movimentos sociais através da conquista de uma vida digna como cidadãos no seu mais amplo sentido e não como simples elementos do modo capitalista de produção.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, M. et alii - Coletivização: uma reposta para os camponeses: primeiras indagações acerca de ações do Estado na fixação e organização de famílias trabalhadoras rurais para fins de reforma agrária. mimeo. São Paulo 1989.

Berman, M. - Tudo que é sólido desmancha-se no ar - A aventura da modernidade. Cia das Letras. São Paulo, 1986.

CONTAG - As lutas camponesas no Brasil. Marco Zero. São Paulo, 1981.

Fernandes, B. M. - Da terra prometida à terra definitiva: na criação do "território liberado" a realização da reforma agrária. Anais do VIII ENG- Encontro Nacional de Geógrafos - Associação dos Geógrafos Brasileiros. Salvador, 1990.

_____ - O todo é a parte e a parte é o todo - A interação espaço-sujeito. Revista de Geografia UNESP. São Paulo, 1992.

Graziano Neto, F. - "A tragédia da terra" - O fracasso da Reforma Agrária no Brasil. IGLU-FUNEP-UNESP. São Paulo, 1991.

Grzybowski, C. - Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Fase - Vozes. Petrópolis, 1987.

Maluf, P. S. e Bilbao, S. A. - Assentamentos São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar. - CNPq-NPCT- UNICAMP. Campinas, 1988.

Martins, J. S. - A militarização da questão agrária no Brasil. Vozes - Petrópolis, 1985.

Medeiros, L. S. - História dos Movimentos Sociais no Campo. Fase. Rio de Janeiro, 1989.

MST - Construindo o caminho. Publicação do MST. São Paulo, 1986.

MST - Documento Básico. Publicação do MST. São Paulo, 1991.

Oliveira, A. U. - O campo brasileiro no final dos anos 80. BPG-Boletim Paulista de Geografia nº 66, p.p. 5-22. AGB-Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1988.

_____ - Paraíso e inferno na Amazônia legal. Travessia ano 1, n. 3. p.p. 19-25. São Paulo, 1989.

Ribeiro, N. de F. - Caminhada e esperança da reforma agrária. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

Sader, E. - Quando novos personagens entraram em cena. Paz e terra. São Paulo, 1988.

Scherer-Warren, I. e Krischke, P. J. - Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. Brasiliense. São Paulo, 1987.

Silva, J. G. - Caindo por terra - Crises da reforma agrária na Nova República. Busca Vida. São Paulo. 1987.

_____ - Buraco Negro - A reforma agrária na constituinte. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1989.

Tarelho, L. C. - O Movimento Sem Terra de Sumaré - Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. p.p. 93-104. AGB-Marco Zero. São Paulo, 1989

Veiga, J. E. - A reforma que virou suco. - uma introdução ao dilema agrário no Brasil. Vozes. Petrópolis, 1990.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO.

Conselho do INCRA quer aprovar acordos irregulares. Caderno especial-Era Collor, p.4. 14-5-90

Plano de Reforma Agrária é adiado para agosto. P. A-9. 22-5-90.

Governo ignora área destina a reforma agrária. P. A-8. 23-7-90.

INCRA aponta irregularidades em desapropriação de terras. P. A-4. 7-9-90.

Processos irregulares são dois mil, diz Cabrera. P. A-5. 12-12-90.

Cabrera admite fracasso da reforma agrária. P. 1-6. 13-13-91.

Sem Terra ocupam o INCRA em São Paulo para exigir CR\$ 394 mi. P. 1-10. 30-4-91

Segundo Tuma, Sem Terra treinaram em Cuba. P. 1-9. 27-6-91.

Terras para reforma agrária são irregulares. P. 1-13. 4-7-91.